



## O Genocídio no Ruanda: Dez Anos Depois

Alexandra Barahona de Brito

Entre Abril e Julho de 1994, o Ruanda sofreu 100 dias de terror que ficam gravados na memória histórica mundial: 800,000 pessoas – Tutsis e Hutus moderados, das quais umas 300,000 eram crianças – foram alvos de uma vaga genocida levada a cabo por milícias Hutu após o assassinato do presidente Hutu Juvenal Habyarimana. Dez anos depois, lembramo-nos não só das vítimas, mas também da inacção da comunidade internacional. Embora se tenham multiplicado os pedidos de desculpa por antigos poderes coloniais e países ocidentais, o facto é que não se soube reagir para prevenir nem para por termo à violência das milícias Hutu.

Em 1994, ano em que o genocídio terminou com a tomada de poder das forças rebeldes Tutsi, a Frente Patriótica, o Ruanda e a comunidade internacional tentam lidar com estes eventos com julgamentos: o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, o segundo tribunal internacional do pós Guerra para julgar crimes contra a humanidade é estabelecido para julgar as violações. Em Março de 2004 já tinham sido detidas 66 pessoas e julgadas 21. Neste momento decorre o julgamento de outras 20. Entre os presos está Jean Kambanda, o antigo Primeiro Ministro. A sentença contra Kambanda foi histórica: a primeira por um tribunal internacional pelo crime de genocídio, e contra um chefe de estado.

No Ruanda os esforços legais tiveram início em 1996. Em 1998 já tinham sido detidas 100,000 pessoas e julgadas 1,100, das quais umas 840 foram condenadas e pelo menos 22 executadas. Até à data foram julgadas 5,300, menos de 5% dos detidos, por falta de recursos. Para lidar com o enorme volume de casos,



o governo de Paul Kagame estabeleceu um sistema de justiça que se baseia no antigo sistema pre-colonial de resolução de conflitos em comunidade, chamado *gacaca*. Os milhares de ‘novos juizes’ *gacaca* podem julgar acusados de baixa patente acusados de crimes menores, e podem conceder reduções de sentenças em troca de confissões voluntárias e um pedido de perdão. Tanto os processos pré como pós Gacaca tem sido alvo de grandes críticas por não garantir os direitos básicos dos acusados.

O Ruanda está hoje em vias de recuperação: existe paz e uma medida de prosperidade, e a maior parte dos Hutus derrotados pela FP já regressou do Congo, para onde tinham fugido. Mas existem os problemas latentes da pobreza rural e da divisão étnica – por agora abafada. A resolução destes problemas requer debate, distribuição e participação, mas até agora o governo da FP não tolera a oposição. Ficam intocadas as raízes do mal, e como feridas mal curadas, as marcas do genocídio ficaram gravadas em sucessivas gerações. Citando o Standard do Quênia, o Ruanda ‘permanece um estudo de caso de massacres previstos, avisos ignorados, e a matança a rebentar sob os narizes das forças da ONU, cujo mandato não era suficientemente potente para parar a matança. Das ruínas do Ruanda, o mundo deverá aprender uma amarga lição sobre o papel da ONU como guardião da paz’.